

SEGER-ES

Cargo -

Analista: Executivo – Direito



Editais verticalizados

Secretaria de Estado de Gestão e
Recursos Humanos

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA (para todas as áreas de formação)

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
7. Correspondência oficial; aspectos gerais da redação oficial; finalidade dos expedientes oficiais; adequação da linguagem ao tipo de documento; adequação do formato do texto ao gênero.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (para todas as áreas de formação)

1. Entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre as pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.
2. Dedução de novas relações em função de relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
3. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais; raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos; problemas utilizando as operações fundamentais.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (para todas as áreas de formação)

I. ÉTICA:

- 1 Ética e moral.
- 2 Ética, princípios e valores.
- 3 Ética e democracia: exercício da cidadania.
- 4 Ética e função pública.

II. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

- 1 Lei Complementar Estadual nº 46/1994 (Estatuto dos Servidores do Estado do Espírito Santo).
- 2 Lei Complementar Estadual nº 282/2004 (Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo).
3. Lei Complementar nº 711/2013 (Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado do Espírito Santo).
- 4 Lei Complementar nº 633/2012 (cargo de Analista do Executivo).
5. Lei Ordinária nº 3.043/1975 (Reforma Administrativa do Estado de Espírito Santo).
- 5.1 Título I - Da Caracterização do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública Estadual;

5.2 Título II - Do Poder Executivo como Sistema Organizacional.

5.3 Capítulo I do Título III – Das Disposições Preliminares sobre a Estrutura Básica.

5.4 Capítulo III do Título III - Das Disposições Finais sobre a Estrutura Organizacional Básica.

5.5 Capítulo V do Título IV – Das Unidades Administrativas Comuns a todas as Secretarias de Estado.

5.6 Título VI - Dos Sistemas Estruturantes da Administração Direta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

II.I - GESTÃO PÚBLICA (para todas as áreas de formação)

1 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação.

2. Gestão Estratégica: excelência nos serviços públicos, ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional;

Balanced scorecard, estratégias, indicadores de gestão, gestão de projetos, gestão por competências.

3 Governança e governabilidade: administração gerencial; gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

4 PDCA, monitoramento e avaliação; estrutura organizacional, cultura, liderança e clima organizacional, controle do patrimônio público, prestação de contas.

5 Processo de Planejamento na Administração Pública: princípios da administração pública, princípios gerais da administração.

6 Sistema de gestão pública: ética no serviço, gestão de pessoas e gestão de processos, simplificação de rotina de trabalho.

ÁREA 10 – DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações.

1.1 Supremacia da Constituição.

- 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais.
- 1.3 Interpretação das normas constitucionais; métodos, princípios e limites.
- 2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado.
- 3 Princípios fundamentais.
- 4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos políticos.
- 5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios
- 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.
- 6 Administração Pública. 6.1 Disposições gerais.
- 6.2 Servidores públicos.
- 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
- 7.2 Poder Legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito.
- 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 7.2.4 Tribunal de Contas da União.
- 7.2.5 Processo legislativo federal. 7.2.6 Prerrogativas parlamentares.
- 7.3 Poder Executivo. 7.3.1 Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado.
- 7.4 Poder Judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário: organização e competências.
- 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça.
- 8 Funções essenciais à Justiça. 8.1 Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.2 Advocacia pública. 8.3 Advocacia e defensoria pública.
- 9. Controle de Constitucionalidade. 9.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de

decisão, segurança e estabilidade das decisões. 9.2 Súmula vinculante. 9.3 Reclamação constitucional. 9.4 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos.

10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.

11 Sistema tributário nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias.

12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos.

13 Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.

14 Sistema financeiro nacional.

15 Ordem social.

16 Constituição do Estado do Espírito Santo.

16.1 Do Processo Legislativo Estadual. 16.1.1 Da Emenda à Constituição. 16.1.2 Das Leis.

16.2 Do Poder Executivo. 16.2.1 Do Governador e do Vice-Governador do Estado.

16.2.2 Das atribuições do Governador do Estado.

16.2.3 Da Responsabilidade do Governador do Estado.

16.2.4 Dos Secretários de Estado.

DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.

1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.

1.4 Decreto regulamentador da LINDB. Decreto nº 9.830/2019

2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.

3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos

despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.

5 Fato jurídico.

6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação.

7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

8 Prescrição e decadência.

9 Prova do fato jurídico.

10 Obrigações. 10.1 Características. 10.2 Elementos 10.3 Princípios. 10.4 Boa-fé. 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo). 10.6 Obrigações de dar. 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer. 10.8 Obrigações alternativas e facultativas. 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 10.10 Obrigações solidárias. 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas. 10.15 Obrigações principais e acessórias. 10.16 Transmissão das obrigações. 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações. 10.18 Inadimplemento das obrigações.

11 Contratos. 11.1 Princípios. 11.2 Classificação. 11.3 Contratos em geral. 11.4 Disposições gerais. 11.5 Interpretação. 11.6 Extinção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).

2 Normas processuais civis.

3 A jurisdição.

4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características.

4.2 Condições da ação.

4.3 Classificação.

5 Pressupostos processuais.

- 6 Preclusão.
- 7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória.
- 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Procuradores.
- 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
- 7.5 Litisconsórcio.
- 8 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
- 9 Ministério Público.
- 10 Advocacia Pública.
- 11 Defensoria Pública.
- 12 Atos processuais. 12.1 Forma dos atos. 12.2 Tempo e lugar. 12.3 Prazos. 12.4 Comunicação dos atos processuais. 12.5 Nulidades. 12.6 Distribuição e registro. 12.7 Valor da causa.
- 13 Tutela provisória. 13.1 Tutela de urgência. 13.2 Disposições gerais.
- 14 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 15 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 15.1 Procedimento comum. 15.2 Disposições Gerais. 15.3 Petição inicial. 15.4 Improcedência liminar do pedido. 15.5 Contestação, reconvenção e revelia. 15.6 Providências preliminares e de saneamento. 15.7 Julgamento conforme o estado do processo. 15.8 Provas. 15.9 Sentença e coisa julgada. 15.10 Cumprimento da sentença. 15.11 Disposições Gerais. 15.12 Cumprimento. 15.13 Liquidação.
- 16 Processos de execução.
- 17 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 18 Mandado de segurança.
- 19 Ação civil pública.
- 20 Ação de improbidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.

4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos.

4.6 Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e suas alterações).

4.7 Disposições constitucionais aplicáveis.

5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder.

6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso.

8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.

9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.

10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública.

10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo.

10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).

11 Processo administrativo no âmbito da administração pública estadual.

11.1 Aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/1999.

12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei nº 14.133/2021.

12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.

12.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).

12.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).

12.5 Fundamentos constitucionais.

13 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS

1. Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.
2. Lei Complementar Estadual nº 847/2017.
- 3 Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e suas alterações).
 - 3.1 Direito de petição. Formalização dos Expedientes. Prescrição.
 - 3.2 Regime disciplinar.
 - 3.3 Processo Administrativo Disciplinar.
- 4 Crimes contra a fé pública.
- 5 Crimes contra a administração pública.
- 6 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).
- 7 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei nº 14.133/2021).
- 8 Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.
- 9 Responsabilização judicial.
- 10 Responsabilização administrativa.
- 11 Encaminhamentos judiciais.
- 12 Programa de integridade
 - 12.1 Avaliação de programa de integridade.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!